

## Sul América Santa Cruz Participações S.A.

CNPJ 92.664.937/0001-80



### Relatório da Diretoria

Prezados Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2014. A aquisição da Sul América Capitalização S.A. – Sulacap pela Companhia foi aprovada em 25/04/2013 pelo preço de R\$149 milhões, podendo este valor ser incrementado em até mais R\$136 milhões, desde que satisfeitas determinadas condições previstas em contrato. Essa aquisição foi feita da Saspar Participações S.A.. Em 2014, a Companhia obteve lucro líquido de R\$73.295 mil, frente lucro líquido de R\$49.927 mil no exercício de 2013. Rio de Janeiro, 23 de março de 2015. A DIRETORIA.

#### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2013	
		2014	(Reclassificado)
<b>Circulante</b>		<b>203.319</b>	<b>226.150</b>
Disponível	6	3.229	3.424
Caixa e bancos	-	3.229	3.424
Aplicações financeiras	7	175.349	201.978
Aplicações financeiras	-	175.349	201.978
Títulos e créditos a receber	-	24.736	20.646
Títulos e créditos a receber	-	2.054	1.911
Dividendos a receber	-	17.679	13.707
Créditos tributários e previdenciários	8	3.639	3.992
Outros	-	1.783	1.455
(-) Redução ao valor recuperável	-	(419)	(419)
Outros valores e bens	-	5	102
<b>Não circulante</b>		<b>502.963</b>	<b>433.633</b>
Realizável a longo prazo	-	133.234	141.746
Aplicações financeiras	7	245	245
Aplicações financeiras	-	245	245
Títulos e créditos a receber	-	132.989	141.501
Créditos tributários e previdenciários	8	21.110	31.356
Depósitos judiciais e fiscais	14	111.879	110.145
Investimentos	-	369.624	291.777
Participações societárias	9	368.986	291.086
Imóveis destinados à renda	-	633	691
Outros investimentos	-	2.028	2.028
(-) Redução ao valor recuperável	-	(2.023)	(2.023)
<b>Imobilizado</b>		<b>105</b>	<b>110</b>
Imóveis	-	16	-
Bens móveis	-	107	107
Outras imobilizações	-	26	26
(-) Provisão para desvalorização	-	(5)	-
(-) Depreciação	-	(39)	(23)
<b>Total do ativo</b>		<b>706.282</b>	<b>659.783</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros			
<b>Saldos em 01/01/2013</b>	<b>296.159</b>	-	-	<b>3.845</b>	<b>54.811</b>	<b>58.656</b>	<b>333</b>	<b>355.148</b>
Aumento de capital conforme AGE de 15/07/2013 e 26/11/2013	119.925	-	-	-	-	-	-	119.925
Outros movimentos	-	-	-	(100)	(100)	-	-	(100)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(36.979)	-	(36.979)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	<b>49.927</b>	<b>49.927</b>
<b>Destinação do lucro líquido do exercício:</b>								
Reserva legal	-	-	2.496	-	2.496	-	(2.496)	-
Reserva estatutária	-	-	-	35.573	35.573	-	(35.573)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(11.858)	(11.858)
Obrigatórios - R\$1,63 por ação ON	-	-	-	-	-	-	(11.858)	(11.858)
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>416.084</b>	-	<b>6.341</b>	<b>90.284</b>	<b>96.625</b>	<b>(36.646)</b>	-	<b>476.063</b>
Outros ajustes	-	-	-	-	-	-	840	840
Deságio em transação de capital	-	7.995	-	-	-	-	-	7.995
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	7.702	-	7.702
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	-	-	-	-	-	<b>73.295</b>	<b>73.295</b>
<b>Destinação do lucro líquido do exercício:</b>								
Reserva legal	-	-	3.708	-	3.708	-	(3.708)	-
Reserva estatutária	-	-	-	52.819	52.819	-	(52.819)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(17.608)	(17.608)
Obrigatórios - R\$2,42 por ação ON	-	-	-	-	-	-	(17.608)	(17.608)
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>416.084</b>	<b>7.995</b>	<b>10.049</b>	<b>143.103</b>	<b>153.152</b>	<b>(28.944)</b>	-	<b>548.287</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional:** A Sul América Santa Cruz Participações S.A., denominada "Companhia" é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro e tem como objeto social a administração de bens próprios e de terceiros e a participação em outras sociedades mercantis ou civis, notadamente na área de Capitalização. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, denominada "CIA. SAUDE" e tem como controladora indireta a Sul América S.A., denominada "SASA". Nestas demonstrações financeiras, denominamos de "Sul América" o conjunto de empresas controlado pela SASA, o qual a Companhia faz parte. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras e declaração de conformidade às normas CPC:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras (BR GAAP) que compreendem as normas da legislação societária e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07, aprovada em dezembro de 2014, alterou os CPC 18, 35 e 37 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre o BR GAAP e o IFRS. Com o objetivo de atender a exigência de divulgação do CPC32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia reclassificou seus débitos e créditos tributários de 2013, alinhando-os aos apresentados em 2014, pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição. Em 31/12/2013, o montante de R\$5.123 de débito tributário que foi divulgado na rubrica "Tributos diferidos", no passivo não circulante, foi reclassificado para o ativo não circulante, na rubrica "Créditos tributários e previdenciários". A Companhia entende que essa reclassificação, para fins de divulgação, não afeta o capital circulante líquido e, portanto, não é relevante. Não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista o atendimento às condições previstas no item 10 da CPC 36, destacando-se que sua controladora indireta Sul América S.A. apresenta demonstrações financeiras consolidadas. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 23/03/2015. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos (nota 5), dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e dos instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 7). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo das práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir. **3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **Derivativos:** São classificados no ativo ou passivo circulante como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo compostos por opções e contratos futuros. **3.2.2. Disponível para a venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "empréstimos e recebíveis" ou "mantidos até o vencimento" são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou quando há redução ao valor recuperável, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Investimentos – participações societárias:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio ou deságio na aquisição de ações de controlada de minoritários (transação de capital), está registrado no patrimônio líquido. **3.5. Redução ao valor recuperável:** **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros

projetados, estimados de maneira confiável, tais como: desvalorização significativa ou prolongada reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. **Ativos não financeiros:** Os saldos contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC). **3.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 09 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.7. Passivos financeiros circulares e não circulares:** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras. **3.8. Provisões para ações judiciais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Obrigações a pagar", no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.9. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.10. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Os principais itens das demonstrações financeiras, registrados com base em estimativas, referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e demais saldos sujeitos a esta avaliação, o registro dos créditos tributários com base na expectativa de resultados futuros e a constituição de provisões para ações judiciais registradas com base na expectativa da decisão final dos processos. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (notas 5 e 7); • Movimentação dos créditos e débitos tributários (nota 8); • Obrigações fiscais (nota 14.2); e • Provisões judiciais (nota 14.3). **3.11. Normas emitidas e revisadas: (a) Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Alterações e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente;** No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas emendas e novas interpretações às normas IFRS e aos CPC emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo CPC, respectivamente, que estão em vigor desde 1º de janeiro de 2014, inclusive. A Companhia avaliou as revisões e alterações de normas a seguir e verificou que não há impacto significativo em suas demonstrações financeiras: • **IAS 36/CPC01(R1) – Redução no valor recuperável de ativo (Impairment of assets) (alteração):** A versão revisada da norma traz alterações em divulgação, adaptando-a aos requerimentos do IFRS 13 / CPC 46 – Mensuração ao valor justo e requerendo a divulgação do valor recuperável de um ativo ou UGC quando mensurados ao valor justo menos o custo de alienação. A atual versão da norma retira a obrigação de divulgação do montante recuperável de uma UGC para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado à UGC. • **IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração (Financial Instruments: Recognition and measurement) (alteração):** A alteração na norma define que não há necessidade de

#### Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>9</b>	<b>63.119</b>	<b>37.328</b>
<b>Outras receitas e (despesas)</b>	<b>-</b>	<b>10.778</b>	<b>19.528</b>
Despesas administrativas	16.1	(2.047)	(1.719)
Receitas (despesas) com tributos	16.2	(629)	7.818
Receitas financeiras	16.3,2	68.973	63.466
Despesas financeiras	16.6,3	(56.943)	(50.349)
Receitas e despesas patrimoniais	-	1.424	312
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>-</b>	<b>73.897</b>	<b>56.856</b>
Imposto de renda	17	(2.375)	(5.213)
Contribuição social	17	1.773	(1.716)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>73.295</b>	<b>49.927</b>
Quantidade de ações	-	7.270	7.270
Lucro líquido por ação	-	10,08	6,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>73.295</b>	<b>49.927</b>
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	7	(84)	(131)
Imposto de renda e contribuição social relacionados aos componentes de outros resultados abrangentes	-	29	45
Ganhos de variação de participação acionária	9	2.454	1.617
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	9	5.303	(38.510)
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>	<b>-</b>	<b>7.702</b>	<b>(36.979)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>80.997</b>	<b>12.948</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	2014 (Reclassificado)		2013
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(2.507)</b>	<b>(3.271)</b>	
Gerais	(2.507)	(3.271)	
<b>Tributos</b>	<b>(1.743)</b>	<b>(3.811)</b>	
Imposto de renda e contribuição social	(1.730)	(3.804)	
PIS e COFINS	-	(4)	
Outros	(13)	(3)	
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos</b>	<b>13.350</b>	<b>(2.421)</b>	<b>(1.583)</b>
<b>Encargos financeiros</b>	<b>(38.456)</b>	<b>87.394</b>	
<b>Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado</b>	<b>(5.298.229)</b>	<b>(6.321.927)</b>	
Compra	(5.298.229)	(6.321.927)	
Venda	5.259.773	6.409.321	
<b>Rendimento de aplicações financeiras</b>	<b>65.287</b>	<b>34.057</b>	
<b>Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos</b>	<b>3.008</b>	<b>5.898</b>	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>36.518</b>	<b>118.684</b>	
<b>Atividades de investimento</b>			
<b>Aplicações financeiras - Demais categorias</b>	<b>13.761</b>	<b>21.908</b>	
Compra	(46.668)	(101.540)	
Venda	60.429	123.448	
<b>Depósitos e resgates judiciais</b>	<b>189</b>	<b>448</b>	
Depósitos judiciais	(364)	(349)	
Resgates de depósitos judiciais	553	797	
<b>Compra e venda de participações societárias</b>	<b>(32.533)</b>	<b>(255.091)</b>	
Compra	(32.533)	(255.091)	
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(18.583)</b>	<b>(232.735)</b>	
<b>Atividades de financiamento</b>			
<b>Dividendos e juros sobre capital próprio pagos</b>	<b>(11.858)</b>	<b>(2.348)</b>	
<b>Aumento de capital</b>	<b>(6.272)</b>	<b>(2.365)</b>	
<b>Refinanciamento fiscal - REFS</b>	<b>(18.130)</b>	<b>115.212</b>	
<b>Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>(195)</b>	<b>1.161</b>	
<b>Aumento / (diminuição) no caixa</b>	<b>3.424</b>	<b>2.263</b>	
<b>Caixa no início do exercício</b>	<b>3.229</b>	<b>3.424</b>	
<b>Aumento / (diminuição) no caixa</b>	<b>(195)</b>	<b>1.161</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. A Companhia não tem hedge accounting em suas demonstrações financeiras. • **IAS 32/CPC39 – Instrumentos financeiros: Apresentação (Financial Instruments: Presentation) (alteração):** A alteração da norma traz esclarecimentos sobre os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros e o direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido e realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em relação à nova interpretação, a seguir: • **IFRIC 21 – Taxas governamentais (nova interpretação):** A Companhia aplicou o IFRIC 21 pela primeira vez no exercício atual. Esta norma endereça o momento de reconhecer um passivo decorrente da obrigação de pagamento de tributos impostos por um governo. A aplicação dessa interpretação pela Companhia não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Alterações e novas interpretações revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** • **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento):** Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia ainda está avaliando os impactos da nova norma em suas demonstrações financeiras e os possíveis efeitos na política de investimentos e no gerenciamento de ativos e passivos (ALM). • **IFRS 15 – Receita de contratos com clientes:** A nova norma introduz a obrigação de reconhecer a receita quando representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no que reflete a consideração de qual montante esperado que seja capaz de ser trocado por aqueles bens ou serviços e entrará em vigor em 1º de janeiro de 2017 (inclusive). (b) **Receta Federal do Brasil (RFB):** Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973/2014 que traz alterações na legislação tributária federal e tem por objetivo harmonizar as regras que regem os tributos federais com os novos critérios e procedimentos contábeis implantados pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 (normas contábeis internacionais – IFRS), extinguindo o Regime Tributário de Transição (RTT). A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 com a opção de adoção antecipada já a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia avaliou a norma e concluiu que não há efeitos relevantes e que não irá adotar a norma antecipadamente e, sim, a partir de 1º de janeiro de 2015 (inclusive). **4. Gerenciamento de riscos:** Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de mercado (taxa de juros), de crédito e de liquidez. A Companhia faz parte de um grupo de empresas que administra seus riscos com uma visão corporativa, a partir de decisões de um comitê que representa as empresas do grupo. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente pelos Comitês Internos, contemplam também a adequação das aplicações financeiras aos passivos. A Companhia possui controles internos que se destinam a garantir que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia. **4.1. Risco de mercado (taxa de juros):** O risco da taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente da carteira de investimentos. O comitê define os mandatos de investimentos para cada uma das empresas do grupo, personalizado para cada necessidade específica. Nesses mandatos são considerados aspectos tais como: perfil de negócio e aspectos de liquidez. Adicionalmente, são estabelecidos de forma consolidada limites máximos de VaR (Value at Risk), e é realizada a análise de cenários alternativos conhecidos como "stress testing". Os instrumentos financeiros derivativos podem ser utilizados como forma de reduzir os impactos oriundos da alteração nas taxas de juros. **4.2. Risco de crédito:** O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes dos créditos detidos junto às instituições financeiras decorrentes das aplicações financeiras. A exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras segue limites que são estabelecidos através de um Comitê de Crédito, como por exemplo, a



continuação

## Sul América Santa Cruz Participações S.A. | CNPJ 92.664.937/0001-80

Descrição	2014				Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos					
<b>Instrumentos financeiros</b>								
<b>Aplicações financeiras</b>	101.374	16.901	56.522	174.797	175.349	552	175.349	
Valor justo por meio do resultado	87.712	15.527	30.509	133.748	134.038	290	134.038	
Disponível para venda	13.662	1.374	26.013	41.049	41.311	262	41.311	
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>	17.679	-	-	17.679	17.679	-	17.679	
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar</b>	17.607	-	-	17.607	17.607	-	17.607	

Descrição	2013				Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
	Até 02 anos ou sem vencimento	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos					
<b>Instrumentos financeiros</b>								
<b>Aplicações financeiras</b>	135.320	44.641	21.821	201.782	201.978	196	201.978	
Valor justo por meio do resultado	104.586	42.045	-	146.631	146.751	120	146.751	
Disponível para venda	30.734	2.596	21.821	55.151	55.227	76	55.227	
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>	13.707	-	-	13.707	13.707	-	13.707	
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar</b>	11.858	-	-	11.858	11.858	-	11.858	

5. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, para data-base 31/12/2013, estão mensurados a valor justo através do resultado e estão demonstrados a seguir:

Descrição	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Valor a receber / recebido		Valor a pagar/ pago	
		2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Contratos futuros:</b>									
<b>Compromisso de compra</b>									
Taxa de juros em reais	2014/2022	-	972.300	-	700.284	-	10	-	944
<b>Compromisso de venda</b>									
Taxa de juros em reais	2023	-	965.100	-	672.956	-	924	-	89

Em 31/12/2014, os fundos de investimentos exclusivos da Companhia não tinham mais operações de contratos futuros e opções. Os valores a receber e a pagar dos contratos futuros são contabilizados na rubrica "Títulos e créditos a receber", no ativo circulante e na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo circulante. 5.1. Margens dadas em garantia: Em 31/12/2013, as margens dadas em garantia das operações de contratos futuros e opções mantidas em fundos de investimentos exclusivos classificados como títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado, são compostas conforme demonstradas a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	2013	
			Valor	Valor
LFT	Março/2014	1.395	8.222	
LFT	Setembro/2014	250	1.473	
LFT	Setembro/2017	1.675	9.844	
<b>Total</b>		<b>3.320</b>	<b>19.539</b>	

## 5.2. Análise de sensibilidade à exposição em derivativos

Operação	Risco	Derivativo	Objeto	2013		
				Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Futuro DI (a)	Queda do CDI	Comprado em taxa de juros	DI Futuro na BM&F	-	(2.795)	(5.095)
<b>Efeito líquido no resultado</b>				-	(2.795)	(5.095)

a) Contratos futuros de taxa de juros (DI) de (1) um dia: Em 31/12/2013, as posições tinham como objetivo auferir ganho com a alta da taxa de juros, e com a arbitragem da curva futura de juros, se beneficiando com as distorções da taxa entre os diversos vencimentos. 6. Disponível: Os saldos de disponível estão mensurados a valor justo através de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2014		2013	
	2014	2013	2014	2013
Contas bancárias	3.229	3.424		
<b>Total</b>	<b>3.229</b>	<b>3.424</b>		
<b>Circulante</b>	<b>3.229</b>	<b>3.424</b>		

## 7.2. Movimentação das aplicações financeiras:

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	Total
	2014	2013		
Saldo em 01/01/2013	256.670	78.182	334.852	
Aplicações	6.321.927	101.540	6.423.467	
Rendimento resgate	(27.663)	(6.394)	(34.057)	
Principal resgate	(6.409.321)	(123.448)	(6.532.769)	
Resultado financeiro	9.578	5.478	15.056	
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	(4.440)	-	(4.440)	
Ajuste a valor de mercado	-	(131)	(131)	
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>146.751</b>	<b>55.227</b>	<b>201.978</b>	

	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	Total
	2014	2013		
Saldo em 31/12/2013	146.751	55.227	201.978	
Aplicações	5.298.229	46.668	5.344.897	
Rendimento resgate	(59.803)	(5.484)	(65.287)	
Principal resgate	(5.259.773)	(60.429)	(5.320.202)	
Resultado financeiro	7.193	5.413	12.606	
Outros recebimentos e (pagamentos) líquidos	1.441	-	1.441	
Ajuste a valor de mercado	-	(84)	(84)	
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>134.038</b>	<b>41.311</b>	<b>175.349</b>	

7.3. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras: As análises de sensibilidade das aplicações financeiras foram elaboradas considerando: (i) a metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico que utiliza nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo, quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: Volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duração nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e (ii) DV01 (dollar-value ou value for one basis-point), medida internacionalmente conhecida, que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa verificando o quanto seu valor de mercado se altera ( $\Delta P$ ) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. As tabelas abaixo apresentam o cálculo do ganho ou (perda) esperada em um dia no resultado através da metodologia VaR e do ganho ou (perda) com a variação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de risco	2014	
	VaR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado	(23)	(5)
Renda variável	617	-
Outros	2	-
<b>Total</b>	<b>596</b>	<b>(5)</b>

Fatores de risco	2013	
	VaR 95%	DV01=0,01%
Pré-fixado	362	(8)
Renda variável	15	-
Outros	(6)	-
<b>Total</b>	<b>371</b>	<b>(8)</b>

7.4. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado: Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Em 2014 e 2013 não ocorreram transferências de instrumentos financeiros entre níveis de hierarquia e esses instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo: **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis). Modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 1: Títulos de renda variável:** Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês; **Nível 2: Instrumentos financeiros derivativos - Contratos futuros e opções:** Calculados com base nas cotações e taxas divulgadas pela BM&FBOVESPA; **Títulos de renda fixa - Públicos:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA; **Certificados de depósito bancário (CDB) e letras financeiras (LF):** Calculados de acordo com suas características de resgate: (i) CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: calculados com base na taxa contratada na operação; (ii) CDB sem cláusula de resgate antecipado e com cláusula de resgate antecipado a taxa de mercado: são calculados com base na curva proveniente dos futuros de DI da BM&FBOVESPA, e para o spread de crédito, pelo conjunto formado pelas operações de CDB e LF das carteiras administradas/fundos no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Depósito a prazo com garantia especial (DPGE):** São títulos pré-fixados e pós-fixados em CDI, SELIC ou índices de inflação, calculados considerando a taxa de mercado do indexador e o spread de crédito, formado pelo conjunto das operações de DPGE das carteiras/fundos administrados no qual o banco custodiante presta serviço de precificação de ativos; **Debêntures:** Calculados com base nas tabelas de preços unitários (para títulos públicos) de mercado secundário da ANBIMA ou, no caso de sua inexistência, por critérios definidos pelo banco custodiante de acordo

## 7. Aplicações financeiras: 7.1. Composição das aplicações financeiras:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
<b>Títulos de renda fixa - Privados</b>	-	-	37.241	37.502		37.502
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI	-	-	1.858	1.873	120%CDI	1.873
Letras financeiras	-	-	35.383	35.629	112,29%CDI	35.629
<b>Títulos de renda fixa - Públicos</b>	-	-	3.786	3.779		3.779
Letras financeiras do tesouro	-	-	3.748	3.746	SELIC	3.746
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-		-
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	38	33	+3,89%a.a	33
<b>Títulos de renda variável</b>	-	-	22	30		30
Ações	-	-	22	52		52
Impairment	-	-	-	(22)		(22)
<b>Quotas de fundos de investimentos</b>	133.748	134.038	-	-		134.038
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	11.968	11.968	-	-		11.968
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	114.667	114.957	-	-		114.957
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI	8.557	8.642	-	-	110,61%CDI	8.642
Letras financeiras	25.707	25.926	-	-	113,69%CDI	25.926
Notas promissórias	-	-	-	-	104,45%a.a	-
Letras financeiras do tesouro	16.514	16.500	-	-	SELIC	16.500
Títulos da dívida agrária	-	-	-	-	TR + 8,2%a.a	-
Operações compromissadas	32.131	32.131	-	-	SELIC	32.131
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	14.291	14.291	-	-		14.291
Quotas de fundos de investimentos em ações	17.478	17.478	-	-		17.478
Outros	(11)	(11)	-	-		(11)
Quotas de fundos de investimentos renda variável - ações	7.113	7.113	-	-		7.113
<b>Subtotal</b>	<b>133.748</b>	<b>134.038</b>	<b>41.049</b>	<b>41.311</b>		<b>175.349</b>
<b>Percentual de participação nas aplicações financeiras</b>			<b>76%</b>	<b>24%</b>		<b>100%</b>
<b>Outras aplicações</b>						<b>245</b>
<b>Total</b>						<b>175.594</b>
<b>Circulante</b>						<b>175.349</b>
<b>Não circulante</b>						<b>245</b>

Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor mobiliário avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
<b>Títulos de renda fixa - Privados</b>	-	-	36.048	36.143		36.143
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI	-	-	2.671	2.696	116,96%CDI	2.696
Letras financeiras	-	-	33.377	33.447	108,91%CDI	33.447
<b>Títulos de renda fixa - Públicos</b>	-	-	19.081	19.055		19.055
Letras financeiras do tesouro	-	-	17.686	17.685	SELIC	17.685
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-		-
Série B - Pós-fixado IPCA	-	-	1.395	1.370	1,34%a.a	1.370
<b>Títulos de renda variável</b>	-	-	22	29		29
Ações	-	-	22	51		51
Impairment	-	-	-	(22)		(22)
<b>Quotas de fundos de investimentos</b>	146.631	146.751	-	-		139.363
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	10.255	10.255	-	-		10.255
Quotas de fundos de investimentos exclusivos	128.988	129.108	-	-		129.108
Depósito a prazo com garantia especial do FGC	-	-	-	-		-
Pós-fixado CDI	7.612	7.718	-	-	118,78%CDI	7.718
Letras financeiras	5.091	5.126	-	-	111%CDI	5.126
Notas promissórias	4.080	4.080	-	-	104,45%a.a	4.080
Letras financeiras do tesouro	42.052	42.056	-	-	SELIC	42.056
Títulos da dívida agrária	4.071	4.046	-	-	TR + 8,2%a.a	4.046
Operações compromissadas	35.833	35.833	-	-		35.833
Quotas de fundos de investimentos não exclusivos	10.310	10.310	-	-		10.310
Quotas de fundos de investimentos em ações	20.041	20.041	-	-		20.041
Outros	(102)	(102)	-	-		(102)
Quotas de fundos de investimentos renda variável - ações	7.388	7.388	-	-		7.388
<b>Subtotal</b>	<b>146.631</b>	<b>146.751</b>	<b>55.151</b>	<b>55.227</b>		<b>201.978</b>
<b>Percentual de participação nas aplicações financeiras</b>			<b>73%</b>	<b>27%</b>		<b>100%</b>
<b>Outras aplicações</b>						<b>245</b>
<b>Total</b>						<b>202.223</b>
<b>Circulante</b>						<b>201.978</b>
<b>Não circulante</b>						<b>245</b>

com os critérios de precificação definidos em seu manual de marcação a mercado; **Quotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos.

Descrição	2014		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>			
Valor justo por meio do resultado	-	134.038	134.038
Disponível para venda	30	41.281	41.311
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>175.319</b>	<b>175.349</b>

## 8.1. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2013		Atualização monetária	Pagamento / baixas	Saldo em 31/12/2013
	Adição	Redução			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	6.361	4.337	296	(4.255)	6.739
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	669	44	21	(43)	691
Programa de Integração Social - PIS	130	-	2	(69)	63
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5	-	-	(5)	-
Outros	374	-	-	(1)	373
<b>Total</b>	<b>7.539</b>	<b>4.381</b>			



continuação

## Sul América Santa Cruz Participações S.A. | CNPJ: 92.664.937/0001-80

2014	
<b>Sul América Capitalização S.A. – SULACAP</b>	
Ativo	1.379.162
Passivo	993.042
Patrimônio líquido	386.120
Receita líquida	587.248
Lucro líquido do exercício	69.466
Percentual de participação (%)	94,3850%
Valor contábil do investimento	368.986
Ágio	4.546
Quantidade de ações ordinárias	353

  

2013	
<b>Sul América Capitalização S.A. – SULACAP</b>	
Ativo	1.444.508
Passivo	1.117.146
Patrimônio líquido	327.362
Receita líquida	292.754
Lucro líquido do período (c)	44.062
Percentual de participação (%)	87,2576%
Valor contábil do investimento	291.086
Ágio	4.546
Quantidade de ações ordinárias	315

(a) Em 26/11/2013, foi aprovado o aumento de capital na SULACAP no valor de R\$69.660 pela Companhia; (b) Em 27/12/2013, a Companhia fez um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), no montante de R\$10.000; e (c) Período compreendido entre a data de aquisição (25/04/2013) da SULACAP e 31/12/2013.

## 10. Obrigações a pagar:

Descrição	2014	2013
Obrigações fiscais (Nota 14)	81.870	86.244
Parcelamento – REFIS (a)	1.201	14.817
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17.607	11.858
Demais	268	270
<b>Total</b>	<b>100.946</b>	<b>113.189</b>
<b>Circulante</b>	<b>19.076</b>	<b>15.417</b>
<b>Não circulante</b>	<b>81.870</b>	<b>97.772</b>

(a) Refere-se ao parcelamento instituído pela Receita Federal dos valores devidos relativos ao IRPJ, CSLL e FINSOCIAL, os quais encontravam-se em discussão na esfera administrativa e judicial. **11. Impostos e contribuições:**

Descrição	2014	2013
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	–	1
Contribuições PIS e COFINS	5	3
Outros	1	18
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>22</b>
<b>Circulante</b>	<b>6</b>	<b>22</b>

## 12. Outras contas a pagar:

Descrição	2014	2013
Compromissos mobiliários a pagar (a)	38.081	53.395
Contas a pagar diversas	1.130	516
<b>Total</b>	<b>39.211</b>	<b>53.911</b>
<b>Circulante</b>	<b>22.797</b>	<b>19.871</b>
<b>Não circulante</b>	<b>16.414</b>	<b>34.040</b>

a) O saldo de 2014 e 2013 refere-se basicamente ao preço contingente contratual na aquisição da SULACAP. **13. Partes relacionadas:** As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo		Despesa	
			2014	2013	2014	2013	2014	2013
Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (e)	Controlada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	17.679	13.707	–	–	–	–
Sul América Companhia de Seguro Saúde (e)	Controladora	Sul América Companhia Nacional de Seguros	–	–	17.607	11.856	–	–
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	9	24	(115)	(173)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	–	–	–	(1)	–
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	28	–	–	34	–	–
Sul América Companhia Nacional de Seguros (b)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	176	102	–	–	–	–
Gouveia Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	–	–	–	–	(21)	(20)
Demais acionistas (e)	Outros	Outros	–	–	–	2	–	–
<b>Total</b>			<b>17.883</b>	<b>13.809</b>	<b>17.616</b>	<b>11.916</b>	<b>(137)</b>	<b>(193)</b>

(a) Valor referente ao seguro saúde oferecido aos funcionários e dirigentes; (b) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo, referente basicamente, às operações com seguro e reembolso de despesas administrativas; (c) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (d) Valor referente à taxa de administração por serviços de gestão de ativos; (e) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios. A Companhia liquidou dividendos, em 2014, no montante de R\$11.858 para a CIA. SAÚDE (R\$2.348 em 2013). A Companhia recebeu dividendos, em 2014, no montante de R\$13.350 da Sul América Capitalização – SULACAP. **14. Depósitos judiciais e fiscais, obrigações fiscais, provisões para ações judiciais e contingências: 14.1. Depósitos judiciais e fiscais.** Em 31/12/2014 e 2013, os depósitos judiciais e fiscais, assim como a provisão para ações judiciais e obrigações fiscais, são compostos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2014	2013
<b>Tributárias:</b>		
COFINS	215	201
PIS	66.773	62.441
CSLL	13.016	16.981
IRPJ	8.836	8.246
Outros	3.172	3.683
<b>Subtotal</b>	<b>92.012</b>	<b>91.552</b>
<b>Previdenciárias:</b>		
INSS	19.132	17.916
<b>Trabalhistas e cíveis:</b>		
Ações trabalhistas	671	621
Ações cíveis	64	56
<b>Subtotal</b>	<b>735</b>	<b>677</b>
<b>Total</b>	<b>111.879</b>	<b>110.145</b>
<b>Não circulante</b>	<b>111.879</b>	<b>110.145</b>

## 14.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais

Descrição	Saldo em		Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldo em	
	01/01/2013	Adições			31/12/2013	em
<b>Tributárias (a):</b>						
PIS	54.831	–	2.855	(7.856)	49.830	
COFINS	192	–	9	–	201	
CSLL (b)	20.171	–	662	(1.722)	19.111	
IRPJ (c)	6.366	408	366	–	7.140	
Honorários	1.046	314	11	(8)	1.363	
Outros	9.525	3	363	(974)	8.917	
<b>Subtotal</b>	<b>92.131</b>	<b>725</b>	<b>4.266</b>	<b>(10.560)</b>	<b>86.562</b>	
<b>Previdenciárias:</b>						
INSS	15.740	66	877	(403)	16.280	
<b>Subtotal</b>	<b>15.740</b>	<b>66</b>	<b>877</b>	<b>(403)</b>	<b>16.280</b>	
<b>Total</b>					<b>102.842</b>	
<b>Não circulante</b>					<b>102.842</b>	

Descrição	Saldo em		Atualização monetária	Pagamentos/ baixas	Saldo em	
	31/12/2013	Adições			31/12/2014	em
<b>Tributárias (a):</b>						
PIS	49.830	3.323	–	–	53.153	
COFINS (b)	201	12	–	–	213	
CSLL (c)	19.111	744	(7.553)	–	12.302	
IRPJ (c)	7.140	445	(1.619)	–	5.966	
Honorários	1.363	7	–	–	1.370	
Outros	8.917	317	–	–	9.234	
<b>Subtotal</b>	<b>86.562</b>	<b>4.848</b>	<b>(9.172)</b>	<b>(9.172)</b>	<b>82.238</b>	
<b>Previdenciárias:</b>						
INSS	16.280	1.184	–	–	17.464	
<b>Subtotal</b>	<b>16.280</b>	<b>1.184</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>17.464</b>	
<b>Total</b>					<b>99.702</b>	
<b>Não circulante</b>					<b>99.702</b>	

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2014 são de R\$81.870 (R\$86.244 em 2013), registradas no passivo não circulante, na rubrica "Obrigações a pagar" (vide nota 10); (b) A baixa refere-se, basicamente, ao trânsito em julgado dos processos 9700210219 e 9600019860 relacionados aos seguintes objetos: (i) imposição da CSLL à alíquota majorada imposta pelo artigo 2º da Lei nº 9.316/96; e (ii) direito de a Companhia continuar computando, no resultado do exercício que servir de base da CSLL, os encargos do ativo permanente e de custos dos bens baixados a qualquer título, que correspondem à diferença da correção monetária ocorrida, no ano de 1990, entre o IPC e o BNTF, deixando de se submeter ao disposto no artigo 41, § 2º, do Decreto nº 332/91, reproduzido no artigo 427, § 2º, do RIR; e (c) Refere-se, basicamente, à baixa de ações judiciais por adesão ao REFIS, de acordo com a Lei 12.973/2014. **14.3. Obrigações fiscais:** As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2014 e 2013 são: **PIS:** A Companhia vem questionando e depositou judicialmente a contribuição do PIS, instituída pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997, com a incidência de 0,75% sobre a receita bruta. Os valores questionados encontram-se provisionados de acordo com a expectativa de perda da Administração. Os advogados que patrocinam as causas reputam como possível a perda das demandas. Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) assegurando à Companhia o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 7/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Desta forma, realizamos a baixa do valor de R\$ 7.856. **CSLL:** Esta ação está relacionada ao período em que a Companhia operou como sociedade seguradora. De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a contribuição social à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. A Companhia obteve liminar para recolher a contribuição social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo de ações judiciais provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa

reputam como provável a expectativa de perda da demanda. Em 2013, com a publicação da sentença nos autos do Mandado de Segurança nº 97.0003760-6, que negou o pedido da Companhia de calcular a CSLL com base na alíquota prevista no caput do artigo 19 da Lei nº 9.249/1995, deixando de atender ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.316/1996. A provisão registrada no montante de R\$ 1.722 foi baixada. Adicionalmente, com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda da demanda. Assim, transitou em julgado a decisão do Mandado de Segurança nº 96.0006174-2, que também assegurou o direito da Sul América Bandeirantes Seguros S.A., incorporada pela companhia Sul América Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., incorporada pela Companhia, de não se sujeitarem às disposições da EC nº 10/1996 no período de 01/01/1996 a 06/07/1996. Assim, as impetrantes iniciaram os procedimentos de levantamento das parcelas dos valores depositados que lhes pertencem de acordo com a decisão definitiva do processo. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia obteve liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. Os valores encontram-se provisionados de acordo com a expectativa de perda da Administração. Cumpre ressaltar, que a partir de 2008, a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda.

**14.4. Provisões para ações judiciais:** As principais ações de provisões judiciais em 31/12/2014 e 2013 são: **INSS:** As ações judiciais relacionadas ao INSS referem-se ao período em que a Companhia operou como sociedade seguradora. A Companhia vem questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda relativa à contribuição previdenciária incidente sobre as remunerações pagas aos corretores. **14.5. Contingências:** Em 31/12/2014, o valor total em discussão dos processos judiciais fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" pelos advogados que patrocinam as causas é de R\$87.857 (R\$72.897 em 2013), dos quais o valor de R\$62.504 (R\$60.264 em 2013) está provisionado por se referir, basicamente, a obrigações legais. A parcela não provisionada, no valor de R\$25.353 (R\$12.633 em 2013) é composta principalmente por autos de infração lavrados referentes

a compensações questionadas. **15. Patrimônio líquido:** **15.1. Capital social:** O capital social em 31/12/2014 e 2013 é de R\$416.084 representado por 7.270 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, totalmente integralizadas. **15.2. Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **15.3. Reserva estatutária:** A reserva estatutária é constituída por até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia, observando o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001. Uma vez atingido o limite estabelecido, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação: para capitalizar; ou para distribuição de dividendos aos acionistas. **15.4. Ajustes de avaliação patrimonial:** A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária. **15.5. Política de distribuição de dividendos:** O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. **15.6. Distribuição do resultado:** Em 31/12/2014 e 2013, a distribuição do resultado da Companhia é a seguinte:

Descrição	2014	2013
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>73.897</b>	<b>56.856</b>
(-) Impostos e contribuições	(602)	(6.929)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>73.295</b>	<b>49.927</b>
(+) Outros ajustes	840	–
<b>Lucro líquido após ajustes</b>	<b>74.135</b>	<b>49.927</b>
Constituição da reserva legal (5%)	(3.708)	(2.496)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>70.427</b>	<b>47.431</b>
<b>Dividendos obrigatórios:</b>		
25% do lucro líquido ajustado	17.608	11.858
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios propostos</b>	<b>17.608</b>	<b>11.858</b>
<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b>	<b>52.819</b>	<b>35.573</b>

A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. **16. Detalhamento das contas de resultado: 16.1. Despesas administrativas:**

Descrição	2014	2013
Pessoal próprio	(389)	–
Localização e funcionamento	(999)	(937)
Despesas judiciais, serviços de terceiros e demais	(581)	(981)
Outros	(78)	199
<b>Total</b>	<b>(2.047)</b>	<b>(1.719)</b>

**16.2. Despesas com tributos:** Em 31/12/2014, o saldo da rubrica "Despesas com tributos" é de R\$629 de despesa (R\$7.818 de receita em 2013). O saldo de 2013 está impactado, principalmente, pela reversão de R\$7.856 na provisão dos processos relativos ao PIS, instituído pelas Emendas Constitucionais nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997 conforme explicado na nota 14.3. **16.3. Resultado financeiro: 16.3.1. Resultado financeiro por categoria**

Descrição	2014	2013
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>12.606</b>	<b>15.056</b>
Valor justo por meio do resultado	7.193	9.578
Disponível para venda	5.413	5.478
<b>Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais</b>	<b>2.780</b>	<b>595</b>
Juros de mora	(594)	(480)
Outros	(2.762)	(2.054)
<b>Total</b>	<b>12.303</b>	<b>13.117</b>

## 16.3.2. Receitas financeiras

Descrição	2014	2013
Valorização de quotas de fundos de investimentos	54.231	50.897
Títulos de renda fixa - Privados	4.060	5.167
Títulos de renda fixa - Públicos	1.149	1.247
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	8.746	5.719
Outras	787	436
<b>Total</b>	<b>68.973</b>	<b>63.466</b>

## 16.3.3. Despesas financeiras

Descrição	2014	2013
Desvalorização de quotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(46.834)	(42.255)
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(5.966)	(5.124)
Juros de mora	(594)	(480)
Outras	(3.549)	(2.490)
<b>Total</b>	<b>(56.943)</b>	<b>(50.349)</b>

**17. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social</b>	<b>73.897</b>	<b>73.897</b>	<b>56.856</b>	<b>56.856</b>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(18.474)	(6.651)	(14.214)	(5.117)
<b>Correntes:</b>				
<b>Adições:</b>				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(1.440)	(518)	–	(198)
Despesas não dedutíveis	(44)	(16)	(22)	(8)
Outras	–	–	(3)	–
<b>Subtotal</b>	<b>(1.484)</b>	<b>(534)</b>	<b>(25)</b>	<b>(206)</b>
<b>Exclusões:</b>				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	15.780	5.681	9.332	3.360
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	–	–	606	–
Atualização de depósitos judiciais	1.498	539	1.425	513
Outras				